

A CENSURA DURANTE A DITADURA MILITAR E OS PRIMEIROS ANOS DO ESTADO NOVO (1926-1940)

«ESTE NÚMERO NÃO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA» – REPÚBLICA, 25.4.74

Diário de Lisboa

6.º ANO LISBOA—QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1926 6.º 1000

Directores
MENEZES DE SEQUEIRA
Redacção: Rua de São Paulo, 114
Telefone: 10000

Director
JOAQUIM MANSO
Administrador da Imprensa
ALVARO DE ABRILHOS

Propriedade da Imprensa
Imprensa, propriedade e impressão
RUA DO BOMFIM, 114
Telefone: 10000

Este número foi visado pela
Comissão de Censura

AVISO DO GOVERNO
Aguardando-se a publicação
de todos os números
de todos os jornais

CARTA ao Ministro do Comercio

O Sr. Dr. Teixeira de Mattos, Director do Jornal de Notícias, escreve ao Sr. Dr. Teixeira de Mattos, Director do Jornal de Notícias, sobre a situação da imprensa em Portugal, e pede a intervenção do Sr. Dr. Teixeira de Mattos, Director do Jornal de Notícias, para a melhoria da situação da imprensa em Portugal.

«ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA» – DL, 24.6.1926



Censura – de excecional a permanente e definitiva

- “Fala-se em Censura à Imprensa...”
- - Não senhor. Não estou disposto a estabelecê-la.
- - Pelo menos...
- - Pelo menos enquanto os jornais não me incomodarem.
- (Gomes da Costa, em entrevista. Citado por *O Mundo*, 19 de Junho de 1926)
- “[...]o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura que também pode ser apaixonada, por ser humana, e que significará, sempre, para quem escreve, opressão e despotismo.”
- Oliveira Salazar, in António Ferro, *Salazar – O homem e a obra*, Lisboa, ENP, 1933, p. 48

Na queda da República Fragilidade do Estado de Direito – Uso comum da Censura



«Revolta de 18 de Abril de 1925» -
Censura e
suspensão do
Diário de Lisboa



CENSURA - a lei e a praxis: a aceitação «suave» de uma prática comum





PRIMEIRA FASE IMPLANTAÇÃO 1926-1928

- INSTITUIÇÃO –Decretos 11 839 e 12008 (1926)
- CRIMINALIZAÇÃO - Processo sumário e prisão por infração à lei de imprensa (1926 em diante)
- MATÉRIA CENSURÁVEL – Definição através de legislação avulsa/circulares (1926 em diante)
- APLICAÇÃO – Descentralizada e local (1926-1928)
- DEPENDÊNCIA – Do MG para o M do INTERIOR
- CENSORES – Papel central dos oficiais do Exército
- CENTRALIZAÇÃO (início)- Criação da DGSCI – Direção dos Serviços de censura à imprensa – 22.9.1928



SEGUNDA FASE CENTRALIZAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO 1928-1933

- **DGSI – Dirigida pelo major Álvaro Salvação Barreto (1932)**
- **NORMAS MAIS PRECISAS – Para prática da censura**
- **APREENSÕES DE LIVROS – primeiras na Feira do Livro de Lisboa**
- **REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA – 3 zonas e 29 delegações**
- **CENSURA PRÉVIA À IMPRENSA – DL 22 469 – 11.4.1933**
- **SPN – Criação cria conflito com DGSI**
- **CRIMES COMETIDOS PELA IMPRENSA – DL 23303. 6.11.1933**
- **PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS – Censura a publicações de «propaganda social e política contra o Estado Novo»**



TERCEIRA FASE

ASFIXIA DA IMPRENSA LIVRE

1933-1940 I

- **RESTRIÇÃO** de anúncios dos governos civis e concelhos aos jornais «situacionistas» (Circul. 100 do MI, 1934)
- **«JORNAIS PERIGOSOS»** - lista de 28 sujeitos a «atenção especial» (1934)
- **REGULAMENTAÇÃO** da Censura a livros e outras publicações não periódicas (1934)
- **196 INTELLECTUAIS** reclamam na Assembleia Nacional o fim da Censura (1935)
- **DGSI** passa a designar-se **DSC** –Direção dos Serviços de Censura (1935)



TERCEIRA FASE ASFIXIA DA IMPRENSA LIVRE 1933-1940 II

- **LOCALIZAÇÃO** da DSC – Praça Luís de Camões, 22 (1939)
- **DSC - «constituída exclusivamente por militares» (1940)**
- **CRIAÇÃO DO GABINETE DE COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROPAGANDA E INFORMAÇÃO –**
Incorpora o SPN, os Serviços de Censura e a Comissão Administrativa da Emissora Nacional – corresponde a uma maior centralização e controlo e fim de autonomia dos Serviços de Censura (DL 30 220, março 1940).
Subordinação ao MI (Mário Pais de Sousa) e a Salazar

Formas práticas de controlo pela censura

- CENSURA PRÉVIA
- SAÍDA COM CORTES OU «BRANCAS»
- SUSPENSÃO DOS JORNAIS
- APREENSÃO DO JORNAL OU DE TODO EQUIPAMENTO DE PRODUÇÃO
- APLICAÇÃO DE MULTAS
- CRIMINALIZAÇÃO DOS JORNALISTAS OU DOS PROPRIETÁRIOS DAS GRÁFICAS
- LISTAS DE EXCLUSÃO DE JORNAIS DA INCLUSÃO DE NOTAS OFICIOSAS



Uma nova tipologia da imprensa periódica

- Imprensa legal – oficial e oficiosa
- Imprensa semi-legal
- Imprensa clandestina
- Imprensa no exílio
- Periódica e avulsa (curta duração)



O papel da imprensa semi-legal

- Centenas de folhas e jornais por todo o país
- Em representação de associações culturais e políticas semi-legais (ULR, PS, ARS, etc.) e de correntes regionalistas
- Mantêm-se em publicação até 1933/34 – alternativas à Ditadura Nacional
- Desaparecem com a implantação do Estado Novo



A CARICATURA – um caso de tolerância estranha e sui generis

- A censura à imprensa de caricatura é mais tolerante;
 - A imprensa de caricatura resiste mais longamente à destruição
-
- Porquê?
 - Peso da tradição oitocentista
 - Forma salutar de descompressão sócio-cultural
 - Inocuidade da «chalaça» - promove a aceitação e não a rejeição

Imprensa clandestina

- Produção, circulação, edição/coleção e tiragem limitada
- Imprensa sem escrutínio/escrutínio limitado
- Motivo de numerosas prisões de opositores
- VOZES ÚNICAS DA RESISTÊNCIA EM PORTUGAL E NO EXÍLIO



CIRCULARES E PODER DISCRICIONÁRIO DOS CENSORES

■ CIRCULARES

- Circular nº 21 do MG, 1.7.1926 - «regras que devem ser observadas na Censura.
- Circular nº 76, 13.9.1926
- Instruções Gerais..., 30.9.1928
- Circular da DGSCI, 3.8.1930
- Circular da DGSCI, 28.8.1931
- Circular nº 100, do MI, 27.1.1934
- Lista de jornais autorizados a publicar anúncios oficiais, 11.6.1936
- Regulamentação da Censura telegráfica e telefónica, nov. 1936
- ...

- «A lei é executada por homens e estes têm os seus critérios de interpretação. Uns apreciam de uma maneira, outros de outra. Por mais instruções que se imitissem, nunca se evitou a existência de certo arbítrio dos censores».
- Marcelo Caetano, *Depoimento*, 1974

«ECCE TROUXA!». CENSURA: ditames para a consciência e formação das mentalidades

- Reposição de uma linguagem verbal, plástico/artística e filosófico/religiosa conservadora
- Combate ao anti-clericalismo, ao pensamento livre, à livre-crítica e ao debate por ideias
- Refreio à representação de qualquer manifestação de modernidade



CENSURA – asfixia e morte da expressão livre

■ IMPRENSA LEGAL

- Informação/pensamento único e oficial
- Imposição da auto-censura

■ IMPRENSA SEMI-LEGAL

- Condenada ao desaparecimento por asfixia económica e deserção
- Imprensa «endereçoada» e cifrada

■ IMPRENSA CLANDESTINA E DO EXÍLIO

- Ausência de escrutínio
- Sobreposição da informação e da propaganda
- Mau veículo de comunicação/deformação da realidade/prejuízo para a análise da realidade e da luta das oposições



CENSURA PARA UM POVO DOENTE

- Portugal «era e é um país doente. É indispensável, para seu repouso, poupá-lo; não se deve gritar inutilmente no quarto de um doente»
- (Salazar, entrevista a Max Fisher, reproduzida em *O Século*, 23.3.1937)

Leis fundadoras, organização, aplicação - I



- *21 de Junho de 1926 – Comunicação aos jornais do 2º Comandante da Polícia Cívica, capitão Aníbal de Albuquerque, de acordo com decisão do Conselho de Ministros: “Sr. Director do jornal...Por ordem superior, levo ao conhecimento de V. Exa. que, a partir de hoje, é estabelecida a censura à imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim. Saúde e Fraternidade. Lisboa, 22 de Junho de 1926”*
- *24 de Junho – Os jornais de Lisboa passaram a ostentar a célebre frase “Este número foi visado pela Comissão de Censura”*
- *5 de Julho de 1926 – Primeira Lei de Imprensa da Ditadura Militar (Decreto nº 11839). Entre outras sanções, previa-se a “pena de suspensão”*
- *10 de Julho – Nota oficiosa do Governo Civil do Porto estendia a censura aos 6 jornais da cidade*
- *21 de Julho de 1926 – Circular emanada do Ministério da Guerra – Repartição do Gabinete, estabelece normas a observar na censura*

Leis fundadoras, organização, aplicação II

- *29 de Julho de 1926 – Nova Lei de Imprensa (Decreto nº 12008)*
- *2 de Agosto de 1926 – Preso o Director do jornal O Cardeal Saraiva, um republicano de Ponte de Lima, pelo administrador do Concelho, tenente José de Lemos Puga, por “ter preenchido os claros da censura por figuras de fantasia”*
- *10 de Julho – Nota oficiosa do Governo Civil do Porto estendia a censura aos 6 jornais da cidade*
- *21 de Julho de 1926 – Circular emanada do Ministério da Guerra – Repartição do Gabinete, estabelece normas a observar na censura*
- *29 de Julho de 1926 – Nova Lei de Imprensa (Decreto nº 12008)*
- *2 de Agosto de 1926 – Preso o Director do jornal O Cardeal Saraiva, um republicano de Ponte de Lima, pelo administrador do Concelho, tenente José de Lemos Puga, por “ter preenchido os claros da censura por figuras de fantasia”*
- *Setembro (primeira quinzena) – Suspensão de O Rebate, órgão oficioso do Partido Republicano*

Leis fundadoras, organização, aplicação III



- *22 de Setembro de 1928 – O Coronel Prata Dias preside à nova Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa (DGSCI), instalada no Quartel do Carmo, em Lisboa. Inicia-se por esta altura uma maior centralização dos serviços de censura*
- *26 de Dezembro de 1928 – Divulgado o Regulamento dos Serviços de Censura à Imprensa da Província*
- *29 de Janeiro de 1930 – O Decreto nº 17895 concede amnistia a todos os crimes de liberdade de imprensa cometidos após 2 de Agosto de 1926*
- *2 de Agosto de 1930 – Uma circular da DGSCI incumbe os censores locais de articularem o seu trabalho com o dos Governadores Civis, como “verdadeiros postos de observação e de defesa”. Defesa da nova doutrina corporativa que a Ditadura pretende instaurar*

Leis fundadoras, organização, aplicação IV



- *7 de Julho de 1931 – Uma circular da DGSCI considera que “ a marcha política da Ditadura Militar depende em grande parte da inteligência e lealdade com que a censura se exerce”*
- *1 de Novembro de 1931 – Álvaro Salvação Barreto retoma a liderança da DGSCI e empreende um trabalho de reorganização que lhe dá eficácia na eliminação sistemática dos jornais oposicionistas. Depois de 1933, a imprensa local de orientação republicana desaparece quase por completo*
- *14 de Dezembro de 1931 – A circular 1200, do novo ministro do Interior Mário Pais de Sousa, estabelece regras que conduzem a censura a um maior controlo político pelos Governadores Civis e pela DGSCI. Multiplicam-se os casos de suspensão e multas à imprensa local.*

Leis fundadoras, organização, aplicação V



- *1 de Janeiro de 1933 – Reestruturação dos serviços de Censura, com a criação de uma estrutura intermédia – Comissões de Censura de Zona -, com vista a uma melhor condução dos serviços pelo Governo da Ditadura. O país ficava organizado em 3 Comissões e 29 Delegações*
- *11 de Abril de 1933 – O Decreto-Lei nº 22469 instituí a censura prévia*
- *Junho de 1933 – Direção Geral dos Serviços de Censura. Ministério do Interior*
- *14 de Maio de 1936 – A DGDC – autoriza novos periódicos e a circulação de livros – censura repressiva: vigilância quotidiana e apreensão liminar - «impedir a perversão da opinião pública» e anular os fatores de «desorientação» do portugueses*

CENSURA EM PORTUGAL (1910-1974)

[illegible]

07767980, 2004



CASA DAS ARTES DE VILA NOVA DE FAMALICÃO